

## A visão decolonial da violência sexual no romance histórico brasileiro

Elane da Silva Plácido<sup>1</sup>  
Carlos Magno Santos Gomes<sup>2</sup>

**Resumo:** A violência sexual contra as mulheres é uma marca do período colonial e o corpo feminino é explorado como território da colonização quando violentado para assegurar a procriação dos conquistadores. A memória desses episódios é resgatada nos romances históricos de Ana Miranda, *Desmundo* (1996), e de Maria José Silveira, *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (2002), quando retomam dados oficiais para reconstruir vozes femininas transgressoras por meio de uma visão decolonial. No cotejo das análises, articulamos as reflexões feministas de Del Priore (2016), Lugones (2019) e Figueiredo (2020) para destacar a posição das narradoras dessas obras que questionam a naturalização do estupro como máquina da colonização portuguesa. Na investigação, nos deteremos nas transgressões da protagonista de Miranda, uma órfã portuguesa, que não aceita a normatização do estupro do marido colonizador, e nas personagens indígenas de Silveira, que foram escravizadas. Como resultado, identificamos duas narradoras que antecipam a visão decolonial ao ressaltarem que a violência sexual foi usada como uma estratégia de povoamento do Brasil.

**Palavras-chave:** Crítica feminista; Estupro; Decolonialidade; Ana Miranda; Maria José Silveira.

### Introdução

Na literatura brasileira contemporânea, a produção literária de autoria feminina tem revisado a versão patriarcal de uma história de heróis no intuito de ampliar horizontes para as mulheres silenciadas nas versões oficiais. Nesse contexto, a visibilidade das diferentes vozes femininas, como as das afrodescendentes e das mulheres indígenas, vem conquistando espaço como nos romances históricos: *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, e *Água de Barrela* (2016), de Eliana Alves Cruz.

Essas obras não estão preocupadas só com a retomada do passado, mas sobretudo por uma literatura de revisão do lugar de fala da mulher e do protagonismo das desbravadoras responsáveis pelo povoamento e construção do país. Como recorte, para este artigo, vamos nos deter nas estratégias narrativas de revisão histórica identificadas nas obras *Desmundo* (1996),

---

<sup>1</sup> Professora na Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco. Doutora em Letras pela Universidade Federal de Sergipe. Mestra em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Graduada em Administração Pública pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduada em Letras pela Faculdade de Educação São Francisco. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9414-4862>. E-mail: [placido1185@gmail.com](mailto:placido1185@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor Titular na Universidade Federal de Sergipe. Doutor em Literatura pela Universidade de Brasília. Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília. Graduado em Letras (Português/Espanhol) pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9070-9010>. E-mail: [calmag@bol.com.br](mailto:calmag@bol.com.br).

de Ana Miranda, e *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (2002), de Maria José Silveira, que retratam diversos casos de violência sexual contra a mulher nos primeiros anos da colonização portuguesa no Brasil.

Em *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, a história se inicia com a deportação da narradora Oribela e outras órfãs de Portugal para o Brasil no século XVI, obrigadas a se casarem com portugueses, evitando assim a prática do concubinato entre colonizadores e indígenas. Essa obra está estruturada em cinco partes, sendo que cada uma possui o desenho de uma sereia ilustrativa que simboliza as transformações da narrativa de Oribela. A narratividade projeta uma visão crítica de sete órfãs que são enviadas como prêmio para os colonizadores e são anexadas por seus futuros maridos como parte do território invadido. Esse casamento imposto segue princípios católicos e é regido por uma falsa moral religiosa, que relativizava o sofrimento dessas mulheres no convívio com maridos violentos e estupradores, como acontece com a protagonista Oribela.

Ao esposo colonizador, cabia o controle dos corpos da mulher e das escravizadas em uma lógica patriarcal, mantida pela honra e culto da virilidade. Em *Desmundo* (1996), a trajetória da protagonista tem dois momentos: no primeiro, Oribela teme ser estigmatizada por conta de ser uma órfã cristã e o medo controla suas ações; no segundo, ela se mostra transgressora e passa a questionar e a se opor às violências do marido e da Igreja.

Em *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (2002), a estrutura da narrativa histórica é composta por uma narradora que tece comentários questionando a precária situação da mulher em alguns episódios históricos. Nessa narrativa, identificamos o jogo entre passado e presente, envolvendo o contexto histórico do Brasil, traçando a trajetória de uma família imaginária composta por 21 gerações, representadas pelas personagens femininas que presenciam acontecimentos históricos da invasão portuguesa ao contexto de pós-ditadura militar. Essa genealogia de mulheres da mesma família, formada por mãe, filhas e avós, é conduzida por uma narradora que se desdobra em duas posições, ora em primeira pessoa, ora na terceira, reforçando o compromisso da obra com a revisão do passado a partir do lugar de fala da mulher.

Em comum, as obras trazem à tona personagens femininas silenciadas como as indígenas escravizadas no romance de Silveira, e as órfãs portuguesas no de Miranda, revisando nosso passado para produzir uma história atual e empoderada de mulheres que foram apagadas das versões oficiais. Em seus estudos, Eurídice Figueiredo relata que a novidade dessa literatura

está na forma como as autoras dão vozes às mulheres, “algum nó foi desatado, as línguas se soltaram, as escritoras tornaram-se sujeitos de sua história e começaram a criar personagens que tentam, desesperadamente, se tornar sujeitos de sua história. Uma nova tradição se forma” (Figueiredo, 2020, p. 96).

Tomando como base essa perspectiva, defendemos que, por descrever personagens que não se dobram aos castigos impiedosos dos maridos, Miranda e Silveira revisam a história da mulher no período colonial brasileiro, antecipando a agenda decolonial da atualidade. De acordo com Heloísa Buarque de Hollanda “o feminismo decolonial denuncia a imbricação estrutural das noções de heteronormatividade, classificação racial e sistema capitalista” (Hollanda, 2020, p. 17). É pela denúncia que identificamos, em suas obras, traços desse feminismo decolonial, sobretudo na explicitação de um projeto de colonização misógino que explorava o corpo feminino como parte dos territórios invadidos.

Essa revisão do passado não está apenas na escolha de personagens que denunciam a violência contra a mulher, mas também nas estratégias narrativas. Isto é, no intrincado jogo entre a voz da narradora e as vozes das mulheres apagadas da história. Vale lembrar que, na ficção contemporânea, as obras de autoria feminina ampliam seus temas e possibilitam diferentes experiências estéticas ao tocarem nas estratégias de subjugação imposta, pois, segundo (Zolin, 2021, p. 35):

[...] ao falarem de família, amor/sexualidade, questões identitárias/existenciais, viagem deslocamentos, criminalidades e, entre outros temas recorrentes, do próprio fazer literário, essas escritoras o fazem – e não poderia ser diferente – a partir da perspectiva sociocultural feminina.

Assim, levando em conta as contribuições de Figueiredo e Zolin, que ressaltam a importância da crítica literária feminista, pretendemos desenvolver uma análise que explicita o pioneirismo das obras de Miranda e Silveira ao propor um olhar particularizado de como a violência contra o corpo da mulher era norma e estratégia de colonização, ampliando as formas do romance histórico de autoria feminina.

Na sequência, propomos alguns aspectos da normatização da violência sexual como uma das estratégias de colonização, que depois serão identificadas na literatura revisionista de Miranda e Silveira.

## A criação da mulher colonial

A primeira perspectiva decolonial que identificamos nas narrativas de Miranda e Silveira está na forma como suas personagens femininas são construídas, pois expõem o quanto a normatização da violência estava associada à condição de ser mulher, já que o corpo feminino era indispensável para o prazer masculino e a procriação dos colonizadores. Nos estudos de Oyèrónkẹ́ Oyèwùmí, essa política da violência imposta às mulheres é destacada: “a criação de ‘mulheres’ como categoria foi uma das primeiras realizações do Estado colonial e seu impacto foi profundamente violento com a exploração do corpo da mulher como território” (Oyèwùmí, 2021, p. 304).

Para o colonizador, as mulheres podiam ser usadas tanto no espaço da casa como nos diferentes tipos de produção que foram sendo implementadas pela Coroa. Em qualquer desses espaços, elas deviam seguir rígidas regras de submissão e obediência ao seu senhor, tanto no caso das esposas como das escravizadas. Nesse contexto, não só a questão de gênero era usada para oprimir, mas também levavam em conta a questão étnico-racial, já que as hierarquias sociais eram segregadoras e se cruzavam, pois “o processo de formação de gênero é inseparável do processo de institucionalização das hierarquias de raça e classe” (Oyèwùmí, 2021, p. 369).

Além disso, a violência era uma estratégia de controle naturalizada pela intenção de dominar e devastar as terras invadidas por meio da necropolítica. O poder colonial pregava a desumanização dos povos originários da África e Américas, que foram aprisionados e escravizados por meio de estratégias de extermínio. Para os sobreviventes de sequestros e aprisionamentos, restava a obediência às imposições do poder colonial:

A ‘ocupação colonial’ em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais (Mbembe, 2016, p. 135).

A condição de inferiorização das mulheres era naturalizada pelos discursos religiosos e respaldados pelo sistema patriarcal de privilégios aos homens. Sustentada pela normatização da

violência, o corpo da mulher era um dos principais alvos da tirania do colonizador. Na ficção de Ana Miranda e Maria José Silveira, a demonização da mulher está presente tanto nos ritos de espancamentos dos corpos das desobedientes como no estupro das escravizadas que não queriam ser mãe. Nas duas narrativas, há diversas cenas em que a condição de objetificação da mulher vem à tona como normatização da violência imposta ao corpo da mulher.

Trata-se de narrativas que revisam essa condição pelo olhar perspicaz das narradoras que não se rendem ao olhar da história hegemônica e procuram novos ângulos para narrar os caminhos para suas protagonistas. Além da imposição do terror a escravizados/as para não fugirem, eram implementadas ações de submissão dos corpos das mulheres judias, indígenas e negras, consideradas propriedades sexuais de seus senhores. Seus trabalhos eram considerados invisíveis e suas “vidas descartáveis”, como nos relembra Vergès (2020, p. 25).

Nesse contexto, a violência era o símbolo do domínio e poder. Ela era explorada como um elemento básico do projeto de expansão territorial. Não havia compaixão, não havia meio termo para com o corpo das mulheres, sobretudo para as nativas das Américas e da África que, além de serem vistas como de segunda classe, eram naturalizadas selvagens.

Infelizmente, essa total desumanização beneficiava o culto da masculinidade, deixando às sombras as vozes das primeiras desbravadoras, como nos orienta Del Priore (2000, p. 9):

Apesar de estar presente desde o início do processo de colonização, de participar da luta contra as árduas condições de vida entre os séculos XVI e XVIII, da grande variedade de lugares que ocuparam em diferentes grupos sociais, raciais e religiosos, elas não eram muito visíveis. Sua quase invisibilidade as identificava “aos de baixo”. Isso porque a maioria das mulheres era analfabeta, subordinada juridicamente aos homens e politicamente inexistentes.

Em uma sociedade organizada para dar visibilidade aos feitos masculinos, a posição social da mulher era reservada ao espaço da casa para cumprir obrigações padronizadas que podem ser divididas em dois grupos: esposa/mãe ou escravizada/amante. Sem opções, elas eram obrigadas a serem submissas aos seus senhores, todavia, as transgressoras resistiram aos rituais e optavam pela marginalidade como veremos na análise das obras de Miranda e Silveira.

## A revisão da violência sexual

Os romances *Desmundo* (1996), de Miranda, e *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (2002), de Silveira, podem ser lidos como romances históricos de revisão do passado ao abrirem espaço para mulheres que optaram pela transgressão dos papéis femininos coloniais. Por descreverem ações do primeiro século de colonização do Brasil, essas obras retomam histórias das primeiras mães do Brasil, em especial, as indígenas e as órfãs portuguesas, abrindo espaço para relatos que foram extraídos de tratados, cartas e documentos da época. Esse diálogo, ora explícito, ora implícito, com narrativas oficiais reforça a verossimilhança dessas obras e preenche lacunas da violenta história de abusos sexuais contra as mulheres:

Nos séculos seguintes a degradação das índias como objetos sexuais dos lusos somou-se à das mulatas, das africanas, das ladinas e das caboclas – todas inferiorizadas por sua condição feminina, racial e servil no imaginário colonial (Del Priore, 2016, p. 364).

Para Samoyault (2008, p. 143), “longe de se contentar em deambular melancolicamente numa memória passada, a literatura joga com modelos, referências, o já dito”. A retomada do já dito é uma marca do texto literário de cunho histórico, e interessa-nos saber as particularidades de como essa memória é costurada na escrita nas duas obras analisadas. Há diversas referências em *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (2002), e *Desmundo* (1996) de documentos, textos de informação, cartas, tratados, dicionários, entre outros usados no processo de criação.

Assim, podemos dizer que memória histórica é usada para amarrar as tramas dessas obras. Em *Desmundo* (1996), Ana Miranda explora diversos extratos de textos históricos e parte da citação da Carta de padre Manuel da Nóbrega para abrir o imaginário das aventuras de Oribela pelo Brasil Colônia. Esse documento foi escrito no século XVI ao rei de Portugal, D. João, solicitando o envio de mulheres órfãs com o intuito de se casarem com os colonos no início da colonização brasileira e evitar a miscigenação:

Se El – Rei determina povoar mais esta terra, é necessário que venham muitas mulheres órfãs e de toda a qualidade até meretrizes, porque há aqui várias qualidades de homens; e os bons e os ricos casarão com as órfãs; e deste modo

se evitarão pecados e aumentará a população no serviço de Deus (Nóbrega, 1955, p. 79).

Na carta escrita em 1552, no pensamento de Nóbrega, para que o pecado fosse evitado no Brasil, seria necessário que mulheres órfãs viessem, para isso, contou com o suporte da Coroa portuguesa. E era importante que o colonizador português fosse reconvertido de estar juntos às mulheres negras da terra, como eram denominadas as indígenas, desse modo, as órfãs ao chegarem no Brasil, casariam com os colonos que estavam aqui. Da união entre os colonizadores e as portuguesas órfãs, nasceriam os brasileiros predestinados a dar sequência ao projeto de colonização e seriam educados de acordo com os ensinamentos cristãos.

Ao explorar o pedido de envio de mulheres portuguesas e religiosas para salvar os colonizadores do pecado, a igreja estaria colaborando duplamente com o projeto de colonização: povoamento do Brasil e ampliação do catolicismo. Com esse recorte, Miranda explora a naturalização da invasão, conquista e povoamento do Brasil com base em casamentos arranjados e que pudessem dar sustentação ao duplo projeto de colonizar e catequizar. Além da mulher já estar vulnerável aos contratos sociais de sua época, também era usada como parte dos negócios da colonização. Conforme Del Priore (2016, p. 341), “os casamentos não se faziam de acordo com a atração sexual recíproca ou a paixão. Eles mais se realizavam por interesses econômicos ou familiares”.

Focada em registrar o fracasso do casamento de Oribela, a narrativa *Desmundo* (1996) vê várias imposições do colonizador, nas quais o romance traz como forma de reflexão, além da escravização de indígenas e escravizados acontece também a imposição da religião. A prática conhecida como amancebamento foi repudiada pela Igreja Católica para vencer esse entrave que era uma ameaça às ações jesuítas, Nóbrega destacava que a vida pecadora dos portugueses no novo mundo habitado era resultado da falta de mulheres brancas na colônia. Dados históricos apontam para os diversos tipos de concubinatos que havia naquela época:

Como o contingente de mulheres brancas continuou baixo por muito tempo, os colonos escolhiam as índias como concubinas, com quem viviam ‘segundo os costumes da terra’. E Nóbrega conta, chocado: ‘Não há nenhum que deixe de ter muitas negras (leia-se índias) por mancebas das quais estão cheios de filhos e é grande mal’. Entre colonos solteiros ou casados que tinham suas mulheres em Portugal não havia problema em ‘abarregar-se com suas escravas gentias’ (Del Priore, 2016, p. 342).

É a partir da carta escrita para solicitação da vinda de mulheres órfãs para se casar que Oribela, protagonista e narradora de *Desmundo* (1996), utiliza para iniciar a história das órfãs vindas de Portugal. Nas primeiras páginas do livro pode-se observar a voz narrativa de uma mulher para destacar a chegada dessas jovens ao Brasil e continuar o processo de colonização, isso é colocado de forma a dar lugar à mulher que contará a história iniciando pelo viés histórico:

A' El-Rei D. João  
(1552)  
JESUS

Já que escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra ha de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos peccados, em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas orphãs, e si não houver muitas, venham de mistura dellas e quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaesquer farão cá muito bem à terra, e ellas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-hão do pecado. Manoel da Nobrega (Miranda, 1996, p. 7).

Ao interpelar esse momento histórico do Brasil, a narradora consegue trabalhar a retomada do texto oficial pelo olhar crítico de forma que o leitor identifique o contexto da revisão histórica que dá início à narrativa e assim entrelaça história e ficção, trazendo a voz feminina centralizada e revisando a naturalização da violência sexual imposta às órfãs.

Oribela, a protagonista, sofre violação sexual tanto para que o marido reafirme a posse do corpo dela como para lhe impor a necessidade de gestação da prole familiar. A representação desse corpo-território é um dos pontos altos da narrativa de Miranda, pois reforça o destino do casamento como um contrato de punições para a esposa, que mesmo sendo anunciada como uma futura mãe, ela não foi poupada de repetitivos abusos sexuais:

Me fez tremer as carnes e o fervor dele, disto, era tão grande, em tal momento, que em muito breve espaço tudo meu estava como que em grilhões, entre suas forças, embaixo de seus pesos, a arrancar tudo que era seu e de Deus cobrar sua repartição, seu quinhão que lhe valia por direito de esposo (Miranda, 1996, p. 76).

Esse comportamento do marido, Francisco de Albuquerque, é a regra e a lei, pois a figura do português violento está também associada à figura do patriarca. Tal expropriação do corpo da mulher, que não tinha mais direito de dizer não, era consentida para Igreja. Diante

desse predador, ela não consegue se adaptar, mas também não se entrega pacificamente. Em muitas oportunidades, luta contra essa posse e em outras tenta fugir.

Enviada para procriação, Oribela é importunada constantemente pelo marido que não a deixava em paz: “ele me queria feliz e prenha. Assim foi que trabalhou sobre mim em fervor para seu sonho” (Miranda, 1996, p. 137). Diante da sina de ser violentada, ela descreve seu agressor como um obstinado a procriar. Esse ritual de violência é muito bem retomado pelas estratégias narrativas, dando destaque para o quanto o casamento era aterrorizante para a esposa. Percebemos o teor desse perigo por meio de uma linguagem que não tem meio tom, a virilidade do colonizador buscava sempre invadir o corpo resistente de Oribela, que lutava para se livrar do violador:

[...] mas a mim foi segurando Francisco de Albuquerque e derrubando. É acaso a leoa mais mansa que o leão? E lhe dei uma bofetada no rosto no que fez ele sem pensar uns modos de como se fosse quebrar minha caveira, que me fez tremer as carnes e o fervor dele, disto, era tão grande, em tal momento, que em muito breve espaço tudo meu estava como que em grilhões, entre suas forças, embaixo de seus pesos, a arrancar tudo que era seu e de Deus cobrar sua repartição, seu quinhão que lhe valia por direito de esposo, como em mim havia de ser tudo seu, mas eu rogava que nada fosse tanto, entendendo de querer escapar de embaixo dele, de modo que se tinha dentes devia ser para cobrar as penas, quem deu foi pensando nisso, assim foi Francisco de Albuquerque trabalhar sobre mim, recolher de minha boca o silêncio e a fechadura em sua boca (Miranda, 1996, p. 76).

Observamos que a imposição da submissão é marcada pela ferocidade do marido de se apossar do corpo da mulher, entretanto, a luta contra esses abusos é constante, dando pistas do ponto de vista feminista que questiona a naturalização do estupro no casamento colonial. Oribela destaca de forma aflita um ato sexual realizado sem amor e prazer, no qual ela se defende, dando uma bofetada no rosto do esposo e depois escapa, mas ele, por possuir domínio, consegue seu objetivo. Observa-se, portanto, o quão a linguagem de Miranda questiona as versões hegemônicas ao narrar o lugar de resistência da esposa insubmissa.

Essa revisão de uma história de abusos, por meio do olhar da portuguesa, desmascara o quanto a violência era um recurso de controle do casamento. Ao privilegiar o olhar de Oribela, o romance de Miranda projeta uma visão decolonial, pois desmascara as hipocrisias do processo de colonização que estava muito mais preocupado em anexação de territórios e produção de riquezas já que “os objetivos das políticas desses patriarcas são os mesmos: servir ao

capitalismo racial, explorar, extrair, dividir, despojar, decidir quais vidas importam e quais não importam” (Vergès, 2020, p. 18). Mesmo sendo portuguesa, Oribela era tratada como parte de um contrato no qual só o corpo dela valia.

Por essa perspectiva, a obra de Miranda é pioneira, pois traz uma revisão do passado por meio de uma estética que desmascara o terror da violência sexual. Claro que não se trata de uma tentativa de ser fiel com dados do contexto histórico, mas sim de revisar por meio da linguagem literária jogando com os sentidos da violência, já que “as mulheres recriam em suas obras um imaginário que está ancorado no local e no momento histórico em que vivem” (Figueiredo, 2020, p. 96). Essa estética do desmascarar tem a ver com o pensamento decolonial, pois rever a hierarquização étnico-racial aponta a ferida para o quanto as mulheres foram subjugadas de forma traiçoeira pela violência e não apenas por discursos discriminatórios. Tal postura contestatória expõe que desde a colonização, o ódio à mulher era pregado como uma estratégia de rebaixamento de seus corpos que passavam por complexos “entrelaçamentos de ‘raça’”, sexo, sexualidade, classe e geopolítica (Curiel, 2020, p. 121).

Em *Desmundo* (1996), essa rede de poder está descrita nas memórias de Oribela quando faz menção à rígida formação das órfãs em internatos de freiras, no qual tudo era proibido e a maldição de ser demonizadas era constante e quando chega ao Brasil passa a ser controlada pelo marido e por seus insistentes estupros: “nem meus braços davam conta dos dele nem as pernas dele se apiedavam das minhas, que eu estava a temer de me quebrar os ossos e rasgar pela metade” (Miranda, 1996, p. 77).

Acerca das transgressões de Oribela, destacam-se as fugas de casa e o adultério cometido, uma forma de se opor ao casamento; além disso, uma questão a ser destacada é que, ao narrar suas ações, ela demonstra seguir seus pensamentos que lhe impulsionavam a se libertar da situação que estava: “havia umas vozes dentro de mim, que eu não queria ouvir” (Miranda, 1996, p. 51).

Além do estupro do marido, ao fugir de casa, Oribela é abusada por dois marujos, reforçando a visão predadora dos colonizadores:

Senti uns passos e atrás na areia vinham dois marujos, com seus barretes, em um modo de arremeter e saltei, corri com toda a ligeireza de minhas pernas, mas logo me alcançaram, na areia rasgaram a minha camisa e se lançaram sobre mim, se servindo um como esposo, outro me agarrando as mãos. Por amor de Deus, não me façam mal, eu pobre mulher te peço com lágrimas

prostrada, que não arranques tua força contra minha fraqueza porque sou mulher que não me sei defender, nem sei mais que chorar diante de Deus a sem razão, que há de castigar com justiça e com potência tão espantosa os maus e te peço e te rogo, de minhas entranhas te suplico, de que me serviu só que tapassem a boca com mãos areadas, que eu mordida sem poder e todas as forças de meu assombro e revolta se faziam poucas em frente ao poder deles, que o segundo veio querer trabalhar sobre mim (Miranda, 1996, p. 111).

Como se observa, Miranda aos poucos desnuda as diversas ameaças que as mulheres da Colônia sofriam. Tanto em casa como no espaço público sempre corriam perigo, como destaca Simone Schmidt: “Oribela, a protagonista-narradora, sente em sua pele o peso dessa barbárie, já que em seu corpo ela experimenta todo o peso da violência imposta às mulheres, dentro e fora do casamento” (Schmidt, 2007, p. 98).

Depois de se rebelar contra o marido, Oribela começa a ser tratada como uma escravizada, pois passa a ser vista como uma fugitiva e sua captura é uma questão moral e econômica:

Partiu Francisco de Albuquerque em seu cavalo, sem tornar atrás os olhos para ver se eu me arrastava ou caminhava, pela estrada, trilhas, lonjuras, espinhos, cascalhos, pedras, sementes, gravetos, estrume, sem paradas para um repouso, sem nunca em esse tempo me dar de comer coisa alguma, nem água, os pés cada vez mais em suas gritas e sangue brotando deles, por todas as léguas entre a cidade e o fortim, horas que pareceram cem anos de inferno, sem respeito por minha pena, sem ouvido por minhas súplicas, bem afrontada e chorando minhas desventuras (Miranda, 1996, p. 113).

Os males da violência são expostos na voz de Oribela como forma de denunciar a naturalização de uma política de controle do corpo da mulher como de uma propriedade. Nesse episódio, o corpo-território da esposa é exibido como um ato de valorização da honra do patriarca, imbuído a todo custo de manter seu poder, considerado como “cem anos de inferno” pela narradora.

Dessa forma, na obra de Miranda, os diversos castigos impostos às órfãs portuguesas são rejeitados por Oribela. A órfã, que era excluída pela Igreja por não ser de uma família hegemônica, no contexto da colonização, passa a ser uma esposa punida por não aceitar calada as agressões físicas e sexuais do marido. Desrespeitando as normas, Oribela reescreve sua trajetória por meio de sua resistência ao seguir sua voz interior, rompendo com a perspectiva de terror imposta pelo patriarcado:

*Desmundo* se mostra assim, sob a perspectiva da experiência feminina, como uma espécie de “contra-visão do paraíso”, ou seja, desconstrói, através das experiências de violência, desamparo e desigualdade narradas por Oribela, a visão paradisíaca do novo mundo, matéria farta de relatos de cronistas da época (Schmidt, 2007, p. 98).

Por sua vez, Maria José Silveira, em *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (2002), volta ao imaginário dos primeiros viajantes e missionários para identificar como a violência sexual era imposta às nativas dos primeiros séculos coloniais. Seu olhar vai além da paisagem das cartas e textos dos religiosos, problematizando a exploração econômica do projeto de colonização:

O consórcio de cristãos-novos portugueses, a quem a Coroa portuguesa entregara a exploração da nova colônia, só queria dessa terra - como parece ter sido desde sempre seu inescapável destino - extrair o máximo de riqueza com a menor despesa possível (Silveira, 2002, p. 27).

Esse ponto de vista da narradora se aproxima muito das abordagens sobre a origem da necropolítica. No processo de colonização do mundo, os europeus foram impiedosos, pois utilizavam um perverso sistema de castigos físicos como forma de controlar as vidas dos povos originários e escravizados, configurando-se na gênese da necropolítica contemporânea:

A condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral) (Mbembe, 2016, p. 131).

Na obra de Silveira, essa necropolítica é descrita a partir da forma como os colonizadores se apropriam dos corpos das indígenas e das escravizadas. Sua revisão histórica se inicia pela trajetória da primogênita da família, a menina Inaiá, que viveu entre 1500-1514. Essa personagem traz os primeiros momentos da exploração da visão sexual da indígena brasileira. Ela nasceu às vésperas do início da colonização do Brasil e viveu somente 14 anos conforme os valores culturais de seu povo até a chegada do invasor em que as indígenas eram as principais vítimas da predação sexual do português. Essa prática era questionada pela igreja, mas difundida como uma estratégia de povoação. Para o europeu, as nativas eram seduzidas

pelo colonizador por sua beleza, todavia, Silveira questiona esse imaginário do desejo pelo branco, quando retrata o distanciamento das indígenas e o assédio sexual naturalizado:

Com o tempo, ela já não seguia os grupos de brancos. Ficava de longe, junto com as irmãs, todas rindo muito, mas rindo já de outra forma, olhando já de outro jeito. Foi quando um deles — um caraíba quase tão jovem quanto ela, de nome Fernão, cara branca, mas quase sem pelos, com olhos tão claros que pareciam pedrinhas feitas das águas límpidas do mar — a olhou, sorriu e começou a repetir: ‘Aqui, aqui. Menina bonita, vem aqui.’ Inaiá foi. Tinha doze anos (Silveira, 2002, p. 23).

Ao revisar a maneira que as indígenas se entregavam ao colonizador, Silveira desloca o olhar do europeu. Trata-se de uma abordagem que não idealiza suas personagens, já que a narradora dessa obra descentra valores e faz provocações, opondo-se às versões das indígenas como “oferecidas” conforme descreve Caminha (1500, p. 4):

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.

Já na revisão histórica de Silveira, as indígenas são descritas por um ponto de vista crítico que questiona o olhar de assédio de Caminha:

[...] as primeiras habitantes da nossa terra atraíam muito a vista, como ficou registrado por ninguém menos que o ilustre escrivão Pero Vaz de Caminha, no primeiro documento sobre a nova terra. Ele parecia não conseguir desviar os olhos delas, como descreve, sem poder esconder seu encantamento (Silveira, 2002, p. 22).

O olhar crítico da narradora resgata o olhar normatizado de Caminha naturalizado pela colonialidade de gênero. Esse controle era muito rígido, pois “para as fêmeas, a colonização era um duplo processo de inferiorização racial e subordinação de gênero” (Oyèwùmí, 2021, p. 304). Ao desnudar o olhar de assédio de Caminha, a narradora revisa o quanto a violência sexual foi naturalizada pelo colonizador. Ela opta pelo ponto de vista das nativas, que estavam vulneráveis à lascívia desenfreada do colonizador:

Inaiá e duas irmãs foram com eles. Os motivos que fizeram as índias deixar sua tribo, quem vai saber? Podem ter ido apenas pelo prazer da aventura, ou talvez tenham ido mais ou menos forçadas, ou podem ter ido também pela ambição de ter acesso aos cobiçados objetos dos brancos. Embora Fernão e Cipriano fossem apenas desertores, traziam consigo a possibilidade de contato com um mundo que já passara a fazer parte do imaginário e do desejo dos nativos (Silveira, 2002, p. 27).

No decorrer do romance, esse olhar de deslocamento vai acontecendo com as descendentes de Inaiá, que são violentamente abusadas e escravizadas em prol do projeto de colonização. Sua neta, Sahy, previa acontecimentos e era abusada pelo colonizador; Filipa, filha de Sahy, foi escravizada e sofreu feminicídio e, por último, Maria Cafuza, a filha de Filipa, perdeu a vontade de falar após sua violenta captura, retratando a escravização das indígenas nos engenhos do Nordeste, entre 1579-1605. Por esse olhar, consideramos que o questionamento da colonialidade de gênero, descrita por Lugones (2019), é desnudada em diferentes episódios de brutalidades contra as indígenas.

Assim, a singularidade da narração de Silveira está na voz da narradora que questiona ações opressivas e em sua aproximação com as personagens femininas, rompendo com a neutralidade, pois se trata de uma obra em que “não é a verdade do historiador que se pretende neutro, objetivo, é a verdade das emoções, dos afetos, dos sofrimentos das personagens, que se sintam na história” (Figueiredo, 2020, p. 151).

Ao mostrar o projeto de terror da colonização portuguesa, Silveira amplia os horizontes históricos desse período ao descrever o cotidiano dessa violência. Ela traz à baila uma visão pós-colonial de que as mulheres não se entregaram pacificamente aos seus sedutores. Pelo contrário, foram tratadas como mulheres de segunda classe como registra sua literatura. Por exemplo, o episódio de escravização de Sahy, que é neta de Inaiá, nascida em 1531. Ela é vista como uma marauna (pessoa que possui pressentimentos) e sofre violência ao ser capturada como um corpo-território por Castelhana:

Ele a levou para terra firme, mas, antes de derrubá-la no chão, sentiu a cabeça dela exatamente no ponto em que antes sentia bater a cabeça de sua esposa, na exata mancha preta em forma de ervilha um pouquinho abaixo de seu mamilo direito (Silveira, 2002, p. 48).

Nessa passagem, a narradora enfatiza a forma em que o corpo da mulher, Sahy, é abusado como um território do colonizador. Não satisfeito com a invasão das terras dos nativos, o colonizador passou a se apropriar do corpo das indígenas, como uma conquista de guerra. Esteticamente, a narradora chama a atenção para a rejeição da indígena ao sexo imposto pelo senhor, no caso, o Castelhana: “sem sentir horror nem prazer com isso, não sentia nada [...] Sahy se deixava trepar sem dramas, sem volteios, como quem come, respira, bebe água e faz suas necessidades” (Silveira, 2002, p. 49).

Ao construir uma personagem que incorpora a violência sexual como parte do seu cotidiano, a obra de Silveira, opta por descrever o terror desses abusos desenfreados de homens descontrolados. A historiadora Mary Del Priore, com sua posição feminista, ajuda-nos a ter melhor interpretação do texto literário. Ela salienta que os indígenas “não passavam de seres inferiores que deveriam servir aos empreendimentos coloniais. Para evitar a maior degradação desses quase ‘animas’, melhor seria escravizá-los” (Del Priore, 2016, p. 21).

A violência prevalece na captura e manutenção do cativo dos indígenas “[...] De sua fortaleza o Castelhana saía em incursões periódicas à captura de nativos que depois vendia para os colonos que começavam a se estabelecer no país” (Silveira, 2002, p. 46-47). Os indígenas sofreram o processo de inferiorização e eram normatizados por diferentes crueldades física, psicológica, sexual e moral. Para Lugones (2019, p. 364), “o longo processo da colonialidade começa subjetiva e intersubjetivamente em um tenso encontro que forma a normatividade capitalista, moderna, colonial, e ao mesmo tempo se recusa a produzir para ela”.

A contestação da violência sexual está presente nos abortos de Sahy que passou a rejeitar suas gestações. Ela não queria estender aos filhos as dores de sua vida: “embrulhava os bebês mortos nas esteiras que tecia especialmente para isso e enterrava-os na margem do riacho, na margem esquerda porque eram todos homens” (Silveira, 2002, p. 49). Ao enterrar os natimortos, Sahy também se enterrava, pois não aceitava a condição de se tornar mãe de um menino. Mas, ao pressentir que nasceria uma menina, ela resolveu ser mãe. Por ter a capacidade de prever os acontecimentos da sua vida e sentir que seria uma menina, Sahy permitiu o nascimento.

Ao se referir a uma personagem que tinha premonições, a obra de Silveira mistura os discursos da voz da narradora com a voz da personagem, propondo uma reflexão sobre os traumas da escravização: “No exato momento em que caiu presa naquela rede, com o que o

animal traz de mais trágico nele mesmo: sua brecha para a fraqueza, o perverso atributo de poder cair preso, de poder ser dominado pelo outro” (Silveira, 2002, p. 49).

A visão dos episódios de Sahy parte de dentro da mente da personagem. Percebemos com isso uma construção narrativa peculiar para retratar o quanto a dor atravessa a existência das nativas escravizadas e abusadas por seus senhores. Ultrapassar toda a sua revolta de servir ao homem como objeto e ser vítima de estupros, que fizeram com que ela se tornasse uma mulher sem sentimentos na vida, mesmo com o nascimento da filha Filipa, a personagem continuou impassível. Em vários episódios, Sahy era tratada como mercadoria e com distanciamento pelo colonizador, dono da casa em que trabalhava. Isso acontece quando ele decide vender a filha de Sahy, Filipa, separando assim mãe e filha:

Que levasse Sahy também, se quisesse e, se não quisesse, não seria dele a culpa de separar mãe e filha se são índias e, o gentio, ele não ia dizer que não tinha sentimento, pois isso até afirmaria que tinha, mas era como gado: o sofrimento não tinha profundidade e passava logo (Silveira, 2002, p. 58).

Ao descrever um violador oportunista, a ficção de Silveira opta por descrever a falsa impressão de que os primeiros portugueses se apegaram às indígenas e lhe tinham apreço como parece nas cartas dos viajantes. Sua literatura opta por registrar os bastidores da necropolítica da colonização, reforçando o quanto a violência sexual imposta às mulheres era parte desse projeto.

Como visto antes, o corpo de Sahy é tratado da mesma forma que o de Oribela. Trata-se de corpos abusados não só por seus senhores, mas por um projeto de colonização que usou o corpo da mulher como parte da expansão colonial. Essa visão do estupro como uma arma de colonização é um dos nós que as duas autoras tentam desatar do nosso processo colonizador.

Nas obras em estudo, as personagens questionam as opressões que passam; Oribela, narradora de *Desmundo* (1996), não aceita permanecer no casamento que lhe foi arranjado ao vir de Portugal como órfã da rainha no objetivo de casar com colonos que habitavam no Brasil. Em *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (2002), Sahy se opõe ao que lhe foi colocado, assim a sua resistência é vista a partir das ações de aborto que praticava para não ter filhos homens do colonizador.

Tais opções narrativas contemplam um olhar feminista decolonial. Portanto, as sutilezas das narrativas de Miranda e Silveira trazem à tona a perversa história dos predadores coloniais, antecipando as perspectivas decoloniais de revisão do passado.

### **Considerações finais**

Ao explorar episódios de violência sexual contra as mulheres em suas obras, Miranda e Silveira propõem uma revisão da história pelo ponto de vista das vítimas da opressão. Em *Desmundo* (1996) e *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (2002), observamos um detalhe a mais, pois as narradoras não só resgatam vozes silenciadas ao explicitar o impiedoso projeto de abuso do corpo da mulher como parte da máquina da colonização. Para o patriarca colonizador, a mulher era um recurso a favor da expansão e tanto lhe dava prazer como filhos para ampliarem seus negócios.

Particularmente, a visão da órfã e da indígena são indispensáveis para revisarmos a necropolítica de gênero, questionando a naturalização do estupro como estratégia de controle dos corpos femininos. Essa reviravolta da visão hegemônica é muito importante para entendermos o quanto a violência sexual contra as mulheres foi historicamente silenciada para dar lugar aos grandes feitos da colonização portuguesa.

Nos romances históricos de Miranda e Silveira, ao se opor às rígidas regras do sistema colonizador, a mulher passa a ter seu corpo marcado insistentemente pela violência sexual, que reproduz a dupla premissa patriarcal: concretização da posse do corpo-território e como possibilidade de procriação. Esteticamente, suas narrativas trazem a marca da transgressão, reforçando o espaço da literatura como um lugar de luta pelo ponto de vista da mulher, “considerando que as escritoras fabulam, se reinventam, e, sobretudo, transgridem a ordem vigente porque escrever já é uma forma de transgressão” (Figueiredo, 2020, p. 97).

Sem espaço para imaginários românticos, as portuguesas órfãs e as indígenas são tratadas como mulheres escravizadas a serviço do projeto colonizador, que era fundado “na ameaça constante da tortura e da morte de um ser humano legalmente transformado em objeto, assim como no espetáculo público de sua morte” (Vergès, 2020, p. 32).

Em comum, essas narrativas antecipam um olhar decolonial, quando expressam a visão de oposição ao terror sofrido pelas mulheres. Tal “prática descolonizadora” antecede “tudo que se chamou decolonial. Um primeiro ponto de partida do feminismo decolonial” (Curiel, 2020, p. 125). Assim, as duas obras podem ser consideradas inaugurais dessa perspectiva ao antecipar uma visão feminista que inclui a violência sexual como projeto de colonização no Brasil.

Além de fazer referência à máquina de violência sexual, as obras também revisam a imagem maligna dada às mulheres transgressoras. Ao se opor ao poder estruturado, eram consideradas diabólicas, como acontece com Oribela e Sahy. Contudo, na ficção de Miranda e Silveira, as mulheres optam por serem donas de seu destino, mesmo pagando alto por terem fugido das rédeas da violência da colonização.

## Referências

- CAMINHA, P. V. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. *Carta de Pero Vaz de Caminha*. [S. l.: s. n.], 1500. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf.1500](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf.1500). Acesso em: 12 ago. 2024.
- CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 120-139.
- DEL PRIORE, M. *História da gente brasileira: Colônia*. São Paulo: Le Ya Brasil, 2016. v. 1.
- DEL PRIORE, M. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Contexto, 2000.
- FIGUEIREDO, E. *Por uma crítica feminista*. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- HOLLANDA, H. B. de. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 356-377.
- MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.
- MIRANDA, A. *Desmundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NÓBREGA, M. *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega*. Organização: Serafim Leite. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1955.

OYĚWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SAMOYAUULT, T. *A intertextualidade*. São Paulo: Hucitec, 2008.

SCHMIDT, S. P. Desmundo, Desmando, Desencanto. *P: Portuguese Cultural Studies*, [s. l.], v. 1, 2007.

SILVEIRA, M. J. *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*. São Paulo: Globo, 2002.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

ZOLIN, L. O. Elas escrevem sobre o quê? Temáticas do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina. *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, São Cristóvão, v. 35, n. 1, p. 13-40, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47250/intrell.v35i1.15685>. Acesso em: 22 jul. 2024.

## A decolonial vision of sexual violence in the Brazilian historical novel

**Abstract:** Sexual violence against women is a mark of the colonial period, and the female body is exploited as a territory of colonization when violated to guarantee the procreation the two conquerors. The memory of these episodes is recovered in the historical novels by Ana Miranda, *Desmundo* (1996) (1996), and by Maria José Silveira, *Her Mother's Mother's Mother and Her Daughters* (2002), when they use official data to reconstruct transgressive women's voices through a decolonial vision. When comparing the two analysis, we articulate the feminist reflections of Del Priore (2016), Lugones (2019) and Figueiredo (2020) to highlight the position of the narrators in these works, which question the naturalization of rape as a machine of portuguese colonization. In the investigation, we will focus on the transgressions of Miranda's protagonist, a portuguese orphan, who does not accept the standardization of rape by her colonizing husband, and on Silveira's indigenous characters, who were enslaved. As a result, we identified two narrators who anticipate the decolonial vision by highlighting that sexual violence was used as a strategy to populate Brazil.

**Keywords:** Feminist criticism; Rape; Decoloniality; Ana Miranda; Maria José Silveira.

**Recebido em:** 3 de outubro de 2024.

**Aceito em:** 7 de dezembro de 2024.